

OFÍCIO N° 32/2024
A.DIRECÇÃO/Lisboa, 19-11-24

Assunto: **VALORIZAR OS TRABALHADORES E DEFENDER O
PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO – OE 2025**

A discussão do Orçamento de Estado para 2025 decorre num momento de grande fragilidade e desorganização do setor público da arqueologia e do património cultural. Esta situação é fruto de anos seguidos de desinvestimento e do processo de descentralização implementado no início de 2024. Problemas como a falta de profissionais no setor público e a deterioração de meios agravaram-se com a dispersão da tutela da arqueologia por diversos organismos, que respondem a diferentes ministérios, concretamente ao Ministério da Cultura e ao Ministério da Coesão Territorial. A falta de articulação entre o Património Cultural, I.P. e as cinco CCDR, I. P. (Norte, Centro, Alentejo, Algarve e Lisboa e Vale do Tejo) tem levado a um enfraquecimento do Estado na sua missão de proteção, salvaguarda e valorização do património arqueológico, existindo áreas do país onde deixou de existir qualquer fiscalização de intervenções arqueológicas, inclusive no âmbito de obras. Por outro lado, continua a ser necessário o investimento do Estado na conservação e divulgação do património sob sua gestão bem como o apoio à investigação e valorização de sítios arqueológicos.

1

Neste sentido, o STARQ - Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia, **identifica como principal problema a falta de trabalhadores especializados em Arqueologia e reivindica o reforço imediato e eficaz do quadro de pessoal, considerando o recrutamento uma necessidade urgente e indispensável para o funcionamento adequado do Património Cultural, I. P. e das CCDR, I.P.**

A atual situação de escassez de trabalhadores é agravada pelo envelhecimento dos quadros e pela morosidade dos procedimentos burocráticos necessários para avançar com contratações. Estes fatores têm bloqueado os processos de recrutamento, comprometendo tanto o desempenho das equipas como a qualidade do serviço público prestado no domínio do património cultural. Uma vez que o recurso à “mobilidade” se tem revelado ineficaz, a reivindicação refere-se à admissão de profissionais sem vínculo público prévio, permitindo a abertura de concursos “externos”.

O recrutamento de profissionais qualificados com vínculos estáveis, é, portanto, a única alternativa viável para garantir a operacionalidade e a missão do Património Cultural I.P. e das CCDR, I. P. No que concerne ao Património Cultural, I. P. são necessários 24 técnicos superiores e mais assistentes técnicos para a área da arqueologia. Na CCDR-LVT há apenas quatro arqueólogos, sendo necessários pelo menos mais seis. No caso da CCDR-Algarve o número de profissionais de arqueologia é escasso, com apenas um profissional dedicado à salvaguarda do património arqueológico. Na CCDR-Centro também há a necessidade urgente de contratação de trabalhadores. Na CCDR-Alentejo o envelhecimento de quadros é uma realidade.

O STARQ reivindica uma intervenção urgente no reforço e modernização das plataformas digitais utilizadas para a gestão e preservação do património arqueológico. As ferramentas encontram-se obsoletas, dificultando tanto o trabalho interno dos profissionais como o acesso público ao conhecimento sobre o património cultural. Igualmente, é necessária a criação de uma plataforma digital partilhada para a tramitação conjunta da gestão da atividade arqueológica, entre o Património Cultural, I. P. e as CCDR.

Assim, reivindicamos a criação de um plano de investimento específico para:

- A digitalização e disponibilização pública integral do Arquivo da Arqueologia Portuguesa, acessível e seguro, que permita a preservação e consulta de documentos e dados arqueológicos;
- A implementação e atualização do Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica e SIG associado – GeoPortal, para integrar e processar dados geoespaciais essenciais para a gestão do património arqueológico e a investigação;
- O desenvolvimento do Portal do Arqueólogo, com melhorias tecnológicas que assegurem um sistema mais ágil, intuitivo e adaptado às exigências atuais do setor.

É também urgente o reforço de meios e valorização das infraestruturas existentes, tanto no Património Cultural, I. P. como nas CCDR. Os trabalhos de fiscalização ficam fortemente comprometidos em áreas do país como o Alentejo e o Algarve devido à falta de viaturas apropriadas para que os profissionais possam se deslocar em segurança às intervenções arqueológicas no terreno.

Por outro lado, é preciso um reforço substancial nas infraestruturas físicas e recursos dedicados ao Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) e ao Laboratório de Arqueociências (LARC). No caso do CNANS, a infraestrutura encontra-se atualmente saturada e insuficiente para tratar, conservar e armazenar adequadamente o espólio arqueológico proveniente de meio subaquático. No que se refere ao LARC, a falta de condições apropriadas para o laboratório constitui um obstáculo à investigação e ao desenvolvimento científico, fundamentais para a missão do Património Cultural I.P. O investimento sustentado para o CNANS e o LARC deve incluir a ampliação das instalações para responder à necessidade de espaço adequado para a conservação, estudo e reserva de espólio; a aquisição e manutenção de equipamentos especializados; e a garantia de condições para a preservação de espólios específicos, como o património arqueológico subaquático e as coleções de referência do LARC.

Há vários anos que está diagnosticado um problema estrutural nacional de gestão de espólios arqueológicos. **É urgente a constituição de uma Rede Nacional de Reservas de Espólios Arqueológicos**, ao serviço da comunidade em todo o território nacional, que permita a recolha, adequada conservação e disponibilização à investigação das coleções arqueológicas recolhidas pelos arqueólogos no seu trabalho. É necessária a criação de uma linha de apoio financeiro à instalação e equipamento de reservas de espólio arqueológico, a atribuir em processos de credenciação tecnicamente sustentados.

O STARQ reivindica o reforço do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA), defendendo que este deve conceder um financiamento regular e suficiente para garantir a continuidade da investigação arqueológica em Portugal. É essencial que o Orçamento de Estado assegure uma dotação específica para o PNTA, garantindo que os recursos financeiros necessários estejam disponíveis para o apoio a projetos de investigação arqueológica, permitindo o desenvolvimento e conclusão dos estudos essenciais à compreensão do património nacional; o incentivo à investigação em áreas ainda pouco exploradas e de grande valor patrimonial; e a implementação de um modelo de financiamento plurianual, assegurando estabilidade aos investigadores e às equipas de campo.

O STARQ chama a atenção para a necessidade de transferência da gestão do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para outra entidade que não o Património Cultural, I. P. A atual sobrecarga burocrática imposta pelo PRR tem desviado o instituto

das suas funções centrais de preservação e valorização do património cultural. O orçamento deve incluir provisões para a criação de uma estrutura dedicada exclusivamente à gestão do PRR no setor da cultura. Esta medida libertaria o instituto da carga burocrática e permitiria que os seus trabalhadores e recursos financeiros fossem integralmente direcionados para a sua missão original, valorizando e preservando o património cultural de forma eficaz e sustentável.

Com a valorização dos trabalhadores de arqueologia e o investimento na proteção, investigação e divulgação do património cultural é possível inverter o atual quadro de degradação e inoperância das instituições, garantindo a conservação e a fruição dos bens arqueológicos pelos cidadãos.

Atentamente

Pela Direcção